

“Falando ElRey, lhe perguntou da saude d’ElRey”: ritualização diplomática e modernidade política entre a Ásia, África e Portugal (c.1482-1502)¹

*“As the King spoke, he asked about the King’s health”:
diplomatic ritualization and political modernity between Asia, Africa and
Portugal (c.1482-1502)*

ZOLTÁN BIEDERMANN

University College London

z.biedermann@ucl.ac.uk

<https://orcid.org/0000-0002-1252-3074>

Texto recebido em / Text submitted on: 13/05/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 02/12/2025



Resumo. Este artigo, que se insere numa investigação mais alargada sobre as dinâmicas diplomáticas que sustentaram a primeira globalização, enfoca a cultura diplomática em que se baseou o estabelecimento de relações duráveis entre portugueses e as elites de sociedades na África Ocidental e no Índico nos finais de quatrocentos e inícios quinhentos. Passa em análise as motivações transversais que, quer em África, quer na Ásia, quer no próprio reino, animaram reis e régulos a investirem em mecanismos diplomáticos com uma forte componente cerimonial para consolidarem o seu poder. Formula, com base nessa análise, algumas perguntas mais abrangentes sobre o significado da diplomacia e dos rituais políticos para a história das formações políticas tardo-medievais e modernas. Aventa a hipótese de que uma história transnacional das práticas diplomáticas, atenta tanto às dinâmicas de conexão e convergência como às de desconexão e divergência entre culturas, poderá ajudar a compreender melhor o carácter dinâmico do poder régio – incluindo a amplamente debatida problemática da centralização régia – no próprio Portugal da passagem para o século XVI.

Palavras-chave. Diplomacia, Globalização, Império, Estado Moderno, Colonialidade.

Abstract. This article, which is part of a broader enquiry into the diplomatic dynamics that underpinned the first wave of globalisation, is focused on the diplomatic culture that formed the basis for the establishment of lasting relations between the Portuguese and the elites of societies in West Africa and the Indian Ocean world in the late fifteenth and early sixteenth centuries. It analyses the motivations that, in Africa, Asia, and the kingdom

¹ A redação do presente artigo inseriu-se no âmbito de dois projetos financiados pelo Ministério da Ciência e Inovação de Espanha: “Trópicos letrados: textos y prácticas eruditas del clero en los espacios del Imperio portugués de la Edad Moderna (1580-1750)” HAR2017-84627-P; e “Entre aristócratas y misioneros: saberes, circulación cultural y cosmopolitismo en los mundos ibéricos altomodernos (siglos XVI-XVII – IBERCOSMOPOLIS)” PID2023-147204NB-I00. Ele também beneficiou do projeto “The Nascent Globe: Diplomacy and the Making of the First Global Order, c.1480-c.1520” financiado pelo AHRC/UKRI. Os meus agradecimentos mais cordiais às coordenadoras deste dossier temático e aos co-conferencistas e outros comentadores que foram possibilitando a execução destes trabalhos.

of Portugal itself, led kings and little kings to invest in diplomatic mechanisms with a strong ceremonial component in order to consolidate their power. Based on this analysis, it formulates some broader questions about the significance of diplomacy and political rituals for the history of late medieval and modern state formation. It puts forward the hypothesis that a transnational history of diplomatic practices, attentive both to the dynamics of connection and convergence and to those of disconnection and divergence between cultures, can help us understand the dynamic nature of royal power in Portugal itself – including the widely debated problem of regal centralisation – at the turn of the sixteenth century.

Keywords. Diplomacy, Globalisation, Empire, Early Modern Statehood, Coloniality.

Introdução

Quando a quarta armada enviada por D. Manuel I à Ásia chegou à baía de Cananor em 1502, o rajá hindu que senhoreava a cidade e, para além dela, o reino de Kolathinadu no atual estado do Kerala, veio até à orla marítima dar as boas-vindas aos portugueses. O seu interesse centrava-se num homem que, apenas quatro anos antes, em Calecute, tinha deixado impressões assaz negativas entre os seus interlocutores indianos. Em 1498, Vasco da Gama tivera, como é bem sabido, grandes dificuldades nas negociações diplomáticas que tentou conduzir na corte do Samorim. Parecem ter-lhe faltado os presentes adequados, como frequentemente se tem apontado, mas também, mais fundamentalmente, um sentido claro da necessidade de adaptar-se aos rituais cortesãos indianos – aspeto este que rapidamente mudou, levando os portugueses a aprender ao longo dos anos que se seguiram as linguagens diplomáticas da região. Em Cananor, em 1502, as coisas correram um tanto melhor do que em Calecute. A receção foi suficientemente cordial para permitir a Gama uma participação frutífera em interações e negociações de uma certa complexidade. Segundo Gaspar Correia, que nos oferece numerosas descrições detalhadas de rituais diplomáticos ocorridos na fase inicial da integração dos portugueses na Ásia, o momento crucial do encontro decorreu da forma seguinte:

Chegando o Rey, o Capitão mór lhe fez sua grande cortesia quasy com o geolho no chão, com tanto acatamento, como se fôra ElRey de Portugal. ElRey lhe tomou a mão direita entre as suas mãos, que he a mór cortesia e honra que lhe podia fazer. E assim tomado pola mão se foy assentar na casa em seu estrado, assentando o Capitão mór junto comsigo. O qual, antes de se assentar, fez sua grande cortesia ao Principe, o qual mettendo a espada debaixo do braço, tocou a mão direita com a do Capitão mór. E falando ElRey, lhe perguntou da saude d'El-Rey e da Raynha, de seus filhos e Reyno. Ao que o Capitão mór

tudo lhe respondeo como deuia, com grandes auondanças de comprimentos, e beijando huma carta que trazia d'ElRey lha deu com grande mesura. De que elRey houve prazer, porque lhe pareceo grande bem beijar a carta, porque os seus tambem o muyto gabarão. ElRey metteo a carta no pano que trazia derredor de sy... (CORREIA 1975, I: 295)

A milhares de léguas de Lisboa, um capitão e embaixador do rei de Portugal encontrou-se assim na presença de outra figura régia de dignidade comparável à do seu senhor, participando num jogo de espelhos em que duas figuras régias se enalteciam mutuamente, numa cerimónia em cuja descrição “ElRey” e “elRey” se viriam a confundir sintaticamente como se fossem um personagem só². As crónicas do século XVI estão repletas de episódios deste cariz, momentos na narrativa em que os gestos se ritualizam e, na fronteira entre o nascente império português e toda uma série de formações políticas asiáticas e africanas politicamente muito ativas, os textos nos permitem vislumbrar detalhes preciosos de uma cultura diplomática raramente discutida pela historiografia.

Muito se tem escrito, naturalmente, sobre as dinâmicas políticas que a diplomacia ajudou a criar na construção do que viria a chamar-se o Estado da Índia, incluindo os acordos e tratados surgidos em tais encontros (SALDANHA 1997). Mas pouco ou nada foi dito, até há pouco, sobre a própria cultura diplomática que neles se desenvolveu, com particular destaque para as práticas ritualizadas (devem consultar-se, no entanto, MELO 2026 e FLORES 2024). Há, evidentemente, numerosos estudos monográficos onde tais encontros são evocados, e por vezes brevemente descritos, enquanto episódios ilustrativos das boas ou más relações que iam crescendo entre os portugueses e os seus interlocutores. Vejam-se a título de exemplo, com enfoque no caso de Ceilão, FLORES 1998 e BIEDERMANN 2018. Pode também consultar-se, para a Índia, SUBRAHMANYAM 2012, que oferece um quadro panorâmico inspirador, embora falto de rigor teórico e conceptual. Mas a ritualização e politização dos gestos, as coreografias e os cenários, a cultura visual, aural e material dos momentos de interação enfatizados pelos cronistas do período só recentemente começaram a ser alvo de alguma atenção. Não existe um estudo abrangente dos rituais diplomáticos que permitiram aos portugueses inserir-se nas redes políticas da Ásia no final do século XV e inícios do século XVI e, inversamente, aos potentados desse continente relacionar-se com os portugueses. Para África, o panorama é ainda mais exiguo.

² A expressão “o Rey” aparece nalguns momentos para designar o rajá, mas “elRey” é a forma mais amplamente empregue.

Carecemos, em suma, de um estudo de fôlego sobre a expansão portuguesa (ou, quiçá ainda mais importante, ibérica) em função das práticas diplomáticas, sem as quais se torna difícil entender certas configurações espaciais, políticas e comerciais do império.

Trata-se de uma lacuna importante não só do ponto de vista da história de Portugal e da sua expansão, mas também da renovação conceptual e metodológica a que temos vindo a assistir numa conjuntura mais ampla, de cariz transnacional e conetivo. Os estudos de história da diplomacia têm vindo a atravessar um ciclo de renovação substancial ao longo das últimas décadas, transformando esta subdisciplina, em tempos veneranda, mas também considerada desinteressante por muitos estudiosos, num campo de experimentação dinâmico e original. Inserindo-se primeiro na chamada “história cultural do político” e, desde os inícios do novo milénio, na conhecida “nova história diplomática”, os estudos das práticas de ritualização e negociação têm gerado um renovado interesse no trabalho clássico de Garrett Mattingly ao mesmo tempo que desafiam a sua lógica fundamental, italo-cêntrica, difusionista e linear (STOLLBERG-RILINGER 2008; WATKINS 2008; BÉLY 2007).

Hoje, a história diplomática merece a atenção sustentada de toda a comunidade interessada na construção do estado moderno, dentro e fora dos processos expansionistas e de “encontros” interculturais. Com o reconhecimento da performatividade e teatralidade das práticas diplomáticas e cortesãs da época moderna enquanto fatores de poder e de construção de política, abrem-se muitas portas onde, antes, a comunicação simbólica parecia meramente acessória (STOLLBERG-RILINGER 2011 e 214; BIEDERMANN 2014 e 2018: 12-18). Estamos assim perante uma mudança de paradigma que, embora se venha desenvolvendo há já mais de duas décadas, está agora no ponto de possibilitar uma renovação tanto da história metropolitana como da história global da primeira modernidade. Nesta última perspetiva, perfilam-se numerosas oportunidades de cariz conetivo e comparativo, com ramificações políticas e éticas no nosso tempo (BIEDERMANN 2021).

O presente ensaio, que se insere numa investigação mais alargada sobre as dinâmicas diplomáticas que sustentaram a primeira globalização, gerará talvez, para já, mais perguntas do que respostas. Nas páginas que se seguem, procurarei, primeiro, caracterizar a cultura diplomática que, no meu entender, foi crucial para o estabelecimento de relações duráveis no Índico, e também numa África Ocidental que possibilitou, anteriormente, aprendizagens relevantes para a ação dos portugueses no Oriente. Passarei depois a uma análise das motivações transversais que, quer fosse na Ásia, quer em África, quer ainda no próprio reino, animaram reis e régulos a investirem em mecanismos di-

plomáticos com uma forte componente ritual/cerimonial para consolidarem o seu poder, assim reequilibrando um tanto a distribuição de agencialidades entre as sociedades envolvidas. Formularei por fim algumas perguntas mais abrangentes sobre o significado de tudo isto para a história das formações políticas tardo-medievais e modernas, uma área em que se constata uma certa estagnação historiográfica. Ou seja, passando por África e pela Ásia, regressarei ao foro metropolitano com uma proposta de releitura de questões que considero mal resolvidas.

Uma das hipóteses aqui aventadas é que uma história transnacional das práticas diplomáticas, atenta tanto às dinâmicas de conexão e convergência como às de desconexão e divergência (podemos designá-la de “história (des) conectada”, mas não é obrigatório, para já, chegarmos a um consenso no tocante ao vocabulário que usamos), poderá ajudar a compreender melhor o carácter dinâmico do poder régio em Portugal na passagem para o século XVI – um ponto contencioso na historiografia nacional, e que merece um novo enfoque desde uma perspectiva transnacional, ou mesmo global³.

1. Definição do campo diplomático

Importa, antes de mais nada, frisar que os rituais em foco no presente estudo são de cariz explicitamente, abertamente político. Falamos de rituais políticos e diplomáticos, e é a ausência de uma verdadeira história da cultura diplomática (ou história cultural da diplomacia) na expansão portuguesa que devemos lamentar. Trata-se de um lapso não tanto empírico, como conceptual. As palavras “diplomacia” e “diplomático” não eram, obviamente, usadas na época em questão. Se as queremos aplicar hoje aos materiais de quatrocentos e quinhentos, será necessariamente enquanto conceitos (ou termos, ou categorias) de tipo analítico, isto é, palavras do nosso uso contemporâneo que, de alguma maneira, ajudam a descrever e compreender fenómenos do passado. Tal como sucede com outros conceitos do nosso tempo – a “esfera pública”, a racialização, as relações de género – é preciso refletir criticamente sobre a sua aplicação a outros tempos. O que não equivale, obviamente, a recusá-la rotundamente, como

³ Explico e exploro o contencioso em torno à “centralização régia” de Portugal mais adiante no presente artigo. No que toca à “história conectada”, uma proposta normalmente atribuída a SUBRAHMANYAM 1997 embora se vislumbre já em formação em trabalhos anteriores como FLETCHER 1985 (que insistia mais na noção de “integração”, mas falava também do impulso “conectivo”), remeto para as minhas críticas, circunspectas e construtivas, formuladas para aperfeiçoar a linguagem conceptual em torno à conectividade e não para desmerecer os avanços que o paradigma nos tem permitido, em BIEDERMANN 2018 e 2021. Sublinho que o objetivo central do presente texto é outro, conforme o leitor constatará.

foi durante muito tempo o hábito mais comum entre historiadores.

Se o nosso horizonte de expectativas incluir, para a “diplomacia”, estruturas consolidadas para uma comunicação estável entre soberanos, a existência de estados estáveis e territorialmente bem definidos que se reconhecem mutuamente enquanto tais, e a existência de uma classe profissionalizada de agentes diplomáticos formados segundo protocolos rigorosos em instituições dedicadas a tal atividade; e se nos fixarmos, no tocante ao principal objetivo da diplomacia, na produção de “tratados” escritos (para a paz, a guerra, as alianças, a cooperação comercial) e sistematicamente arquivados – então a resposta será negativa. Tais estruturas não se encontrarão plenamente formadas, nem na Europa, nem entre estados europeus e extraeuropeus, até ao século XVIII, com a exceção parcial do mosaico de estados da Itália, onde a historiografia diplomática tradicional tem procurado as origens do sistema moderno⁴.

Mas o problema é menos complexo do que pode parecer. Nas fontes da época que estudamos, abundam duas outras palavras indicativas de uma sensibilidade e realidade de cariz diplomático: “embaixada” (com duplo sentido, designando as missões diplomáticas e também as missivas enviadas de rei a rei) e “embaixador” (no sentido de agente da diplomacia enviado de rei a rei). Se ampliarmos, portanto, o campo de definição da “diplomacia” para incidir sobre as comunicações e relações, geralmente pela via de missivas, presentes, e enviados especiais, entre figuras de poder com assento em formações políticas distintas, muito do que observamos nas fontes da época passa a ser claramente do foro da história diplomática. É acertada aqui a amplamente citada definição proposta por Stéphane Péquignot, medievalista francês que vê a diplomacia como o “conjunto de atividades de representação, de intercâmbio e de negociações políticas, realizadas em nome de um poder junto de outros poderes” (PÉQUIGNOT 2011). O encontro de Vasco da Gama com o rajá de Cananor, e com outras figuras régias afins pelo Índico, coaduna-se claramente com a essa definição.

Para a historiografia de Portugal, da expansão portuguesa e da primeira globalização, abre-se assim um vasto campo de estudos quase inteiramente por explorar. Vislumbra-se até a possibilidade de uma renovada historiografia das interações diplomáticas na esfera imperial portuguesa inspirar outros tantos gestos renovadores naquela da esfera de Castela e Aragão⁵.

⁴ Esta realização, já presente em WATKINS 2008, tem vindo a alimentar uma nova historiografia com marcadas ambições globais e transculturais. Destaca-se no atual panorama TREMML-WERNER, HELLMAN e MEERSBERGEN, em preparação.

⁵ Preparo atualmente um estudo abrangente desta natureza sob o título provisório *Ceremonious Empires: Cross-Cultural Diplomacy and Worldmaking in Early Iberian Expansion*.

2. Cerimonialização e ritualização

Para além da presença de indivíduos descritos como “embaixadores” a mediar entre figuras designadas como “reis”, o aspeto que mais salta à vista nas fontes é a forma dada a ações físicas e locuções verbais que, noutras circunstâncias (tanto na realidade como na sua descrição), não requereriam semelhante nível de afetação. Este aspeto é crucial. O carácter simbólico-político dos eventos, a forma como dois focos de poder são representados na sua mútua presença e interação, ressaltam pelo tratamento artificioso dado aos movimentos dos corpos, aos gestos, às palavras, ao aparato visual e material, aos sons e às comunicações verbais entre representantes de poderes distintos.

Podemos, neste contexto, começar por falar de “cerimonialização”. A palavra “cerimónia” foi de facto amplamente usada pelos autores da época para significar um conjunto de ações rebuscadas e solenizadas com o objetivo de aumentar a sua carga simbólica. Omnipresentes, as cerimónias visavam a criação de um ambiente carregado de significados políticos que num encontro menos “cerimonializado” poderiam passar despercebidos. A palavra “cerimónia” vinha muitas vezes explicitamente associada às noções de “estado” e “aparato”. Estado, devemos acrescentar, num sentido que obviamente não pode ser o atual, mas que remete precisamente, numa lógica quase-circular, para o aparato humano, material e visual associado com a representação da realeza. João de Barros, na Ásia, comentaria que “estes principes gentios nestas vistas poem muyta parte de sua honra, em ser com grande aparato e cerimonias a seu uso” (BARROS 1988, I: 276). Segundo Damião de Góis (numa passagem baseada em Rui de Pina, de inícios do século XVI), o rei de Melinde “seruesse com muitas çerimonias, & tem assaz bom estado” (GÓIS 1566, fl. 33). “Estado” e “aparato” referiam-se, segundo creio entender, especificamente aos cenários materiais e humanos, ao espaço formalizado e visualmente denso em que as “cerimónias” se desenrolavam, com particular destaque para momentos assinalados como distintos do dia a dia político e cortesão, embora enquadrados por ele. A sua grandeza refletia, como que naturalmente, a grandeza de quem dela dispunha. Encontrava-se isto também associado, nos textos escritos, às noções de “honra” e “galantaria”, ambas carregadas de profundos sentidos políticos. Duarte Barbosa falaria assim em “estado e galantaria” ao referir-se ao rei Chikuyo Chisamarengu, o chamado Monomotapa (BARBOSA 1996, I: 59). Voltaremos mais adiante à questão da transversalidade global de tais noções que eclodiram nos escritos do século XVI.

Mas se a palavra “cerimónia” serve tão confortavelmente de ponte entre as práticas históricas e uma noção mais analítica de “cerimonialização”, poderá o mesmo dizer-se das palavras “ritual” e “ritualização”? A resposta, sendo

embora afirmativa (como não poderia deixar de ser no contexto da presente publicação), merece uma breve reflexão, dado o facto de, aqui, estarmos perante dois termos analíticos, e não um termo analítico derivado de outro termo com presença histórica na documentação. Embora “rito” apareça nos textos portugueses de Quinhentos, está ali geralmente associado a práticas do foro religioso. A palavra não era usada, tanto quanto consigo averiguar, em contextos diplomáticos ou cortesãos como os que nos ocupam no presente estudo. Se o nosso uso de “rito”, “ritual” e “ritualização” se justifica, é, portanto, especificamente pela carga teórica e potência interpretativa que essas palavras assumiram já nos séculos XIX e XX, conforme explica Ângela Barreto Xavier noutra lugar (XAVIER, no prelo).

O panorama teórico-heurístico que assim se abre permite levantar questões sobre a função dos rituais públicos na época moderna e sobre o seu funcionamento. Serviram eles para perpetuar, reinventar, ou desafiar relações de poder existentes? Quais foram os mecanismos subjacentes ao seu carácter performativo; quais as relações entre ideias e materialidade? Há, assim, razões variadas para explorar o corpus em questão: recuperar um conjunto de narrativas esquecidas, explorá-las do ponto de vista da ritualização, e pôr as reflexões daí resultantes ao serviço de uma reflexão mais alargada sobre os processos políticos na transição para o século XVI – incluindo o papel jogado por interações transculturais nas articulações entre o “interno” e o “externo” do campo político “português”, geograficamente em reconfiguração e atravessado por impulsos pluricêntricos, originados por uma multitude de formações políticas nos anos de transição aqui contemplados.

3. Do gesto comum ao gesto ritualizado

Até aqui, assumi serem naturalmente distintos os gestos ritualizados dos gestos não-ritualizados. Mas como podemos distingui-los com rigor? Como os distinguiam os nossos antepassados nos séculos XV-XVI? Qualquer gesto comum pode, na verdade, ser interpretado como sendo ritualizado se aplicarmos critérios suficientemente amplos – e assim acontece amiúde nas ciências sociais. Para o nosso propósito presente, proponho sermos mais específicos. A entrega de uma carta, por exemplo, requer em geral o movimento de pelo menos um corpo em direção a outro, e algum movimento das mãos que entregam e recebem o objeto. Neste sentido, o carteiro e o embaixador praticam atos muito parecidos. Quase todas as ações humanas praticadas em contextos socialmente monitorizados obedecem a certas regras, e algumas regras

podem ser as mesmas em atos praticados por pessoas de estatuto ou função distintos.

Mas há também diferenças, regidas por outras convenções. Os atos considerados apropriados não são iguais para um carteiro e um embaixador. O hábito daquele deve transmitir um certo pragmatismo profissional, uma combinação de cuidado, rapidez e eficácia. O seu papel é entregar cartas. Do embaixador, por contraste, espera-se que se demore, que transmita um sentido de importância e dignidade, em sintonia com a majestade do rei que representa e do rei que encontra. O seu papel é, enquanto entrega a carta, representar o rei. Os carteiros normalmente não beijam as cartas – tal gesto seria considerado desnecessário, como de resto objetivamente o é: ninguém precisa que a carta seja beijada pelo carteiro para que chegue ao destinatário. O mesmo não acontece com o embaixador. Este faz bem em acrescentar gestos desnecessários ao ato prático, mas suscetíveis de gerar significados dignos da excecionalidade da carta, do ato diplomático, da interação entre dois reis. Conforme escreve Jack Goody, os rituais tendem a ser “irracionais” (GOODY 1961). São-no no sentido de serem em cena gestos que não são intrinsecamente necessários ao completar da ação no seu sentido mais prático, e que podem até ser contrários ao completar rápido da ação, porque essa ação não constitui senão uma parte do que está verdadeiramente em jogo.

Mesmo que um gesto seja relativamente comum, a forma como é executado, o seu ritmo, a sua amplitude, e a visibilidade que tudo isto assume, geram uma mais-valia simbólica, dependente das regras, das convenções, e das associações sócio-culturais que se prendem com os atos. Podemos aqui ver em ação muitas das regras comportamentais descritas pelo sociólogo americano Erving Goffman num clássico da sua disciplina – regras específicas de cada cultura que as pratica, mas que podem, obviamente, coincidir com convenções semelhantes noutras sociedades, favorecendo sobreposições, ecos e um certo entendimento transcultural (GOFFMAN 1956). Num ambiente em que as palavras não se traduziam com facilidade, não surpreende, pois, que um aspeto realçado em muitas narrativas, e que ainda hoje é comum em contextos ritualizados não só do foro diplomático, seja de uma simplicidade absoluta: observamos um abrandamento dos movimentos, e observamos que várias sociedades e culturas o entenderam de forma parecida, mutuamente compatível. Veja-se por exemplo esta passagem, que descreve o encontro, em janeiro de 1482, entre Diogo de Azambuja e Kwamina Ansah (aqui chamado “Caramansa”), senhor fante da área onde veio a implantar-se o castelo de São Jorge da Mina:

A continencia de sua pessoa, era vir com huns passos muy vagarosos pe ante pe sem mouer o rostro a parte alguma. Diogo Dazambuja, enquanto ele vinha com esta grauidade esteue quedo em seu estrado (BARROS 1988, I, 74).

A lentidão (ou desaceleração), aqui realçada pelo cronista como um aspeto de grande significado, sinaliza não o cansaço ou a incompetência (como seria o caso num carteiro), mas sim o carácter extraordinário do que está a acontecer e dos que agem. O prolongamento temporal dos atos e dos gestos aponta claramente para a existência de um significado situado além do objetivo material das ações; uma esfera superior, por assim dizer, onde uma forma ritualizada das ações assume tanta ou mais importância do que a entrega da carta no seu sentido mais estrito. O abrandamento abre também um espaço e um tempo onde as duas partes podem ir calibrando mutuamente as suas ações e assim minimizar a ocorrência de mal-entendidos. O “vagar” de Kwamina Ansah exigiu (e possibilitou) um vagar correspondente do seu interlocutor português. Este aceitou a premissa e esperou, ficando “quedo” em resposta direta à “continencia” daquele. Finalmente, Azambuja encontrou, por sua vez, o momento adequado para levantar-se e ir ao encontro de Kwamina Ansah, talvez por intuição, talvez (mais provavelmente, na minha opinião) seguindo as instruções de alguma outra pessoa, possivelmente alguém pertencente à comitiva de Kwamina Ansah. Foi assim que, “sendo [Caramansa] já metido entre a nossa gente, [Azambuja] abalou a elle.” (BARROS 1988, I: 74).

Há que sinalizar aqui que o que pode parecer universalmente válido – a associação entre vagar e poder – não o é necessariamente. A lentidão de um ancião que sobe ao autocarro, ou procura troco no seu porta-moedas enquanto uma fila se vai formando na caixa do supermercado, pode significar o exato oposto, sugerindo nalgumas culturas fragilidade. Noutros contextos narrativos, os cronistas realçariam a velocidade dos navios e dos guerreiros portugueses face a inimigos menos móveis. Se houve confluência no caso do encontro da Mina, em 1482, o facto é digno de ser explicitado. Nalgumas sociedades da África Ocidental, uma certa economia dos gestos tende, também hoje, a sinalizar uma superioridade social⁶. O contraste entre a calma do rei e os movimentos dos seus guerreiros, que observaremos dentro de um momento, podia ser considerado socialmente expressivo. Ser rei é, em parte, uma questão de estatuto social. E essa convenção em particular foi facilmente legível para os observadores portugueses – não apenas os que estiveram presentes e decidiram relatar os eventos em Lisboa, mas também os cronistas que decidiram realçar este aspeto

⁶ Agradeço à minha colega Hélène Neveu-Kringelbach este comentário.

particular e calar outros. O vagar do rei africano foi assim entendido como sinal de uma dignidade régia comparável à do rei português.

Notemos aqui, explicitamente, os distintos níveis de experiência e análise: o ato de leitura por parte do cronista parece corresponder a atos de leitura praticados no próprio evento histórico em questão, sugerindo a existência de linguagens político-simbólicas mutuamente compatíveis ou, como alguns historiadores têm aventado, comensuráveis (um conceito a cuja crítica, hoje inevitável, procederemos mais adiante): encontrar o momento certo para levantar-se e avançar foi decisivo nesse contexto, e foi também possível. Se Azambuja tivesse ficado sentado imóvel no estrado, os últimos passos do seu interlocutor africano poderiam ter tomado um sentido de submissão que este não tinha intenção de criar. Se o capitão se tivesse levantado demasiado cedo, a ansiedade portuguesa em conseguir uma concessão do régulo local teria sido demasiado evidente. Para exprimir o micro-equilíbrio político do momento, nada mais adequado do que o movimento calmo, pausado, considerado, de *dois* corpos em mútuo acercamento e observação. Falamos de dois corpos rodeados por outros corpos, obviamente, em aproximação gradual um ao outro num cenário mais amplo em que todos estavam de acordo, grosso modo, de que esta era uma forma apropriada de agir. Foi assim que os dois homens puderam finalmente encontrar-se, frente a frente, em pé, e passar ao ato seguinte:

e ajuntandose ambos, tomou Caramansa a mão a Diogo Dazambuja, e tornando a recolher deu hum trinco com os dedos dizendo esta palavra, *bere, bere*, que quer dizer paz, paz, o qual trinco entrelles é o sinal da mayor cortesia que se pode fazer (BARROS 1988, I: 74).

Aproveito este detalhe para realçar que as nossas fontes, embora os autores seguissem certas convenções ibéricas, oferecem numerosos detalhes de grande valor histórico-etnográfico. É possível e legítimo exprimir críticas sobre a credibilidade dos cronistas (Correia costuma ser a principal vítima, quando na verdade Barros e Castanheda colocam desafios comparáveis), mas é preciso não perder de vista a considerável improbabilidade de tais detalhes serem inventados em massa no reino. O que permitiu a sua inclusão nas crónicas foi uma combinação de fatores: a sua existência em África e a sua legibilidade em Portugal.

Agora que estamos conscientes do ritmo dos eventos e da forma como o texto nos dá acesso – condicional, mas útil – a eles, vale a pena contemplarmos por um momento o contexto em que esses gestos se inseriram. Segundo

sabemos, Diogo de Azambuja fez a sua primeira saída em terra, algures na estreita faixa de terra situada entre o mar e a margem direita do pequeno rio Benya que hoje banha a vila de Elmina, no dia 20 de janeiro de 1482. Vinha já “vestido de seda, e brocado, e com sua gente muito em ordem”. Mandou dizer missa, e nesse mesmo lugar mandou depois “concertar hum rico estrado, em que se assentou” (PINA 1792: 13). Segundo João de Barros,

porque Diogo Dazambuja esperaua por Caramansa o qual abalaua já de sua aldeia, pos em ordem a toda sua gente. Elle assentado em huma cadeira alta vestido em hum pelote de brocado, e com hum colar douro e pedraria: e os outros capitães todos vestidos de festa: e assy ordenada a outra gente que faziam huma comprida e larga rua, pera que quando Caramansa viesse que o uisse naquelle aparato. Caramansa como tambem era homem que queria mostrar seu estado, veo com muyta gente posta em ordenança de guerra: com grande matizada de atabaques, bozinas, chocalhos, e outras cousas que estrugiam que deleitauam os ouuidos (BARROS 1988, I: 73).

O aspeto mais óbvio a ressaltar é que o “aparato” assim montado servia um propósito de ordenamento espacial, visual e provavelmente sonoro. Mas antes de ampliarmos as nossas considerações a este respeito, cabe observar como o “aparato” que enquadra a receção se constitui numa relação dialética com o movimento de certos corpos – no nosso caso, o “abalar” de Kwamina Anseh, o que é atípico no corpus sob consideração, pois normalmente eram os europeus que eram recebidos por uma autoridade local. Podemos falar da tensão resultante da constelação que se observa na Mina de várias maneiras. A primeira assume que a “rua” formada por homens portugueses oferecia um enquadramento intimidatório, de cunho proto colonial, onde os movimentos, gestos e sons produzidos pelo séquito de Kwamina Anseh constituíram sinais de uma capacidade reativa indígena. É uma leitura legítima. A segunda, inversa, postula que a “rua”, o estrado, o capitão sentado numa “cadeira alta”, foram os dispositivos que Azambuja conseguiu meter em cena precisamente para amortizar e absorver o potente dinamismo, com fortes associações bélicas, da embaixada africana. Uma terceira leitura enfatizará a calma simultânea de Azambuja e Caramansa no meio de tudo isto. Afinal de contas, ambos estes protagonistas procuravam, ao mesmo tempo que representavam uma autoridade frente a outra, também demonstrar a sua própria superioridade social face aos seus próprios companheiros envolvidos no ato.

Não somos obrigados a escolher apenas uma leitura. Enquanto muitos relatos evidenciam uma tensão entre um partido mais dinâmico e outro mais

estanque em momentos específicos – por exemplo, uma recepção –, os eventos eram muitas vezes marcados por um ir e vir constante, ao longo de várias horas ou dias, onde estes papéis se podiam ir invertendo. Um dos encontros mais fascinantes a este respeito decorreu em 1498 em Melinde, na África Oriental. Decorreu, para ser preciso, na frente marinha dessa vila e na baía adjacente. Como tantos outros encontros, este também foi preparado através do despacho de emissários com mensagens e pequenos presentes assinalando a boa vontade das duas partes. Finalmente, o príncipe herdeiro do reino veio até à nau de Gama, e fê-lo com o aparato devido,

em huma almadia grande, acompanhado de gente nobre, muito bem atauia-da. Vinha assentado em huma cadeira despaldas darame, & no assento della huma almofada de velludo, e aos pés outra: trazia vestido huma cabaia de damasquo cramisim, forrada de çetim verde, & huma touca foteada. Tomaua-lhe hum homem ho sol, com hum sombreiro de çetim cramesim, a modo de sobreção desparauel, posto em huma aste de pao dourada. Iunto delle hia assentado outro homem velho que lhe leuaua hum terçado guarneçido douro, & prata anilada: na mesma almadia vinham homens que tangiam anafis, & bozinas de marfim tam conçertado que parecia mais musica doutros instrumentos que daquelles bárbaros (GÓIS 1566, fl. 33v).

O impacto de tudo isto é evidente a dois níveis. No que toca ao texto que nos chegou, à sua construção histórica, está claro que os detalhes não passavam despercebidos. Cada vez mais, durante os anos aqui em foco, estas descrições detinham-se em aspetos materiais e visuais que apenas duas décadas antes haviam estado ausentes da cronística portuguesa. Repito, portanto: estamos a observar não só um despertar de atividades diplomáticas em contextos novos, mas também o despertar, entre os autores e os seus públicos (na corte e além, possivelmente em ambos os continentes), de um interesse por este tipo de representações – representações textuais e seguramente orais de atos políticos de representação. No plano histórico dos eventos, nota-se aqui como o capitão geral da armada reagiu. No plano histórico da escrita renascentista sobre os eventos, nota-se o interesse em oferecer um máximo de detalhes considerados, em contraste com tempos anteriores, significativos para o entendimento da ação. As duas dimensões aparecem interdependentes: a prática antecipa a escrita, e a escrita exige a prática. Em ambas as frentes, é uma vez mais o balanço calibrado dos movimentos que salta à vista, a forma como duas figuras de poder se envolveram numa coreografia que acabou por ser mais do que a soma das suas partes. E assim segue o texto:

Vasquo da gama quomo soube da vinda do Príncipe mandou toldar, & embandeirar ho batel, & com doze homens dos melhores vistosos, ho veo receber antes que chegasse ás naos (GÓIS 1566, fl. 33v).

Nesse momento, o príncipe precipitou-se um tanto, segundo o cronista, lançando-se nos braços de Gama e “rogandolhe que se fosse com elle a terra folgar, & repousar nos seus paços”. Segundo o relato, o capitão português teve de travar o embate e abrandar o andamento. Decidiu-se depois, no seguimento de uma troca de presentes, que no dia seguinte “fossem no batel de longo da praia para ver ha çidade: ho que Vasquo da gama assi fez, leuando Nicolao coelho, cada hum em seu batel bem artilhados” (GÓIS 1566, fl. 33v). Segundo o relato anónimo dos eventos, os dois batéis foram “ao longo da villa” enquanto “em terra andavam mujtos homens e antrelles dous a cauallo escaramuçando e folgando mujto, quanto ao que elles mostrauam” (MACHADO e CAMPOS 1969: 159). No final do trajeto, chegaram a uma escada de pedra que descia do paço ao mar, onde recolheram o príncipe (ou possivelmente o sultão – houve alguma confusão entre os portugueses sobre quem governava de facto em Melinde), que “tomarão em hum andor em que ho leuarão aho batel de Vasquo da gama” (GÓIS 1566, fl. 33v).

Durante toda a estadia da armada em Melinde, os governantes do sultanato insistiram em receber Gama nos seus paços, o que este recusou por não levar ordens para sair em terra. Finalmente, foi encontrada uma solução: o rei de Melinde enviou aos portugueses comida para um jantar, que os capitães comeram nas naus sem mostras de hesitação, a fim de provar a confiança que tinham no rei. Depois, Gama mandou agradecimentos e, para o rei,

antre dous bacios de prata peras de conserua, que elle cortou em quartos com huma faca, e com hum garfo de prata dourado tomou da pera e tocou os outros pedaços e comeu, e cobrio os bacios com huma toalha, e os entregou a hum criado d’ElRei, que trouxe o comer, e mandou o corretor com o recado a ElRei, e que a conserua era pera beber agoa sobre o jantar, com que ElRey muyto folgou, e comeo da conserua tomando com o garfo, por tambem mostrar o muito que confiaua dos capitães (CORREIA 1975, I: 59).

Este ritual de comensalidade diferida é extraordinário. Não conheço nenhum caso comparável em toda a documentação europeia que tenho vindo a consultar. No entanto, o detalhe das bacias de prata remete-nos para o universo menos documentado da diplomacia praticada entre potentados muçulmanos e hindus no Hindustão, onde o recebimento de folhas de paan numa ban-

deja ou caixa de prata podia significar igualdade entre figuras régias (ao passo que a sua receção diretamente das mãos de um rei significaria a inferioridade do outro). É natural que no espaço índico circulassem convenções deste tipo. Algumas décadas antes da chegada dos portugueses, o cronista e embaixador timúrida Abd al-Razzaq Samarqandi descreveu precisamente esse tipo de circulação de práticas diplomáticas, onde as notícias de certos encontros inspiravam figuras régias a emular certos detalhes para melhor participarem nos circuitos em questão. Conforme é já sabido, os portugueses passaram por uma fase de aprendizagem diplomática intensa nas duas primeiras décadas da sua presença no Índico, e é sensato assumir que muitas práticas lhes tivessem sido ensinadas enquanto participavam em rituais como os de Melinde (BIEDERMANN 2014; MOÁS 2016). As raízes parcialmente islâmicas da cultura política e diplomática ibérica – talvez mais em Aragão e Castela do que Portugal – poderão ter ajudado nesse contexto (PÉQUIGNOT 2009; OCHOA BRUN 1999-2012, I-IV).

Seja como for, o ato de consumir peras que aqui vemos narrado tem em comum com praticamente tudo o mais na documentação a suscetibilidade de ser visto publicamente, veiculando significados para um grande número de pessoas, e, ao mesmo tempo, ir realçando a posição privilegiada dos protagonistas da ação, tanto na prática como na narrativa que dela se oferece. Assim, um rei e o seu filho, de um lado, e um capitão que invocava com frequência o seu próprio rei, do outro, consumiram umas peras de conserva com um máximo de publicidade e, ao mesmo tempo, exemplificaram à perfeição como essa iguaria, relativamente banal em contextos de quotidianidade cortesã, poderia ser erguida a uma categoria de exclusividade pela via da ritualização num momento especial como este. Cabe explicitar como se processava aqui o acrescentamento de significados simbólicos a atos e objetos normalmente banais, perante os olhos de amplas audiências. Por um lado, o manuseamento pela realeza conferia às peras um status exclusivo. Por outro lado, o inverso também se manifestava no mesmo ato: as peras oferecidas pelo capitão-embaixador de um rei distante realçavam o estatuto do único homem em Melinde que as podia comer. Eis uma lógica (circular) crucial para entendermos a importância dos rituais diplomáticos no dealbar de Quinhentos entre a corte portuguesa e numerosas outras cortes africanas e asiáticas: cada elemento do ritual ilustra e provava, ao mesmo tempo que ajudava a criar e reforçava, a exclusividade do *status* régio dos seus protagonistas. Note-se uma vez mais a importância, neste âmbito, do registo escrito dos atos. As peras desapareceram no próprio evento, mas a sua memória sobreviveria graças à sua memorialização na corte portuguesa (nenhuma fonte semelhante sobreviveu em

Melinde, nem sabemos se existiu). E tal lógica aplicava-se obviamente não só a coisas consumíveis, mas também a outras mais duráveis, que podiam sobreviver na escrita e na realidade palpável.

A propósito deste último aspeto, importa frisar a importância dos presentes diplomáticos. Tratava-se de objetos que simbolizavam e materializavam a capacidade régia de oferecer o extraordinário e de oferecê-lo a alguém extraordinário, de rei para rei, no âmbito de um ritual inacessível a outros atores sociais. Ou de tornar o banal extraordinário, conforme acabámos de ver. O poder simbólico dos presentes derivava das situações ritualizadas em que eram transferidos, ao mesmo tempo que acrescentavam valor aos atos ritualizados de que faziam parte. Podia tratar-se de objetos relativamente acessíveis no mercado dos bens de luxo, ou de objetos que proclamavam explicitamente a sua própria excecionalidade – ou uma combinação de ambas as categorias (BIEDERMANN, RIELLO e GERRITSEN 2018). Assim foi que, em Cochim, em 1502, Vasco da Gama ofereceu ao rajá “hum presente de muitas peças douro, prata, brocado, & seda, entre has quaes hauia hũa coroa douro, dizendolhe que elrei dom Emanuel seu senhor lhe mãdaua aquelle presente quomo a bõ, & verdadeiro irmão, & amigo”. Ao receber a coroa enviada por Dom Manuel, o rajá teve-se

por muito honrrado, & em sinal damor mandou per dom Vasquo a elRei outro presente em que entrauão dous barçeteles douro cõ muita, & mui rica pedraria, & hũa pedra do tamanho de hũa auellã, que se acha na cabeça de hũa alimaria, de que ha muito poucas, a que hos Indios chamã Bulgoldalf, ha qual pedra tẽ gram virtude cõtra todo genero de peçonha (GÓIS 1566, fls. 67v-68).

O cronista sentiu então a necessidade de afirmar explicitamente que as peças eram raríssimas. Sabemos hoje, obviamente, que um bezoar do tamanho de uma avelã não era excecional nos mercados da Ásia, mas nesse momento inicial das trocas, essa pedra, enviada por um rei a outro rei, foi um objeto único na Europa – e o mesmo se pode dizer para a Índia de uma coroa enviada pelo rei de Portugal. Note-se, para além destes objetos de exceção, a presença de muitos outros presentes objetivamente menos exclusivos, mas cuja excecionalidade advinha simplesmente do facto de terem sido oferecidos de rei a rei.

4. Os rituais diplomáticos como prerrogativa régia

Poderíamos aqui seguir descrevendo os numerosos exemplos de recepções diplomáticas registados nas fontes portuguesas – as grandes crónicas do século XVI contêm-nas às dezenas, e os relatos contidos nas Lendas de Correia em particular são por vezes extensíssimos. Muitas interações foram notáveis pela sua organização espacial, visual, auditiva e temporal, no movimento coordenado dos corpos e objetos, e na forma como foram memorializadas, constituindo a partir de finais de Quatrocentos um elemento indispensável dos encómios régios compostos no reino. Não é o lugar para procedermos a uma análise exaustiva. Iremos sim ao cerne da problemática política subjacente aos rituais, formulando três questões de fundo: de onde advinha o poder dos atos ritualizados, a quem beneficiava exatamente, e como?

Regressando à chegada de Vasco da Gama a Cananor em 1502, chama a atenção a seguinte frase, já citada: “o Capitão mór lhe fez sua grande cortesia quasy com o geolho no chão, com tanto acatamento, como se fôra ElRey de Portugal” (CORREIA 1975, I: 295). Numa primeira leitura, a fórmula poderá parecer perfeitamente natural. Dir-se-ia ser óbvio que um embaixador enviado por um rei a outro rei exprima o seu respeito a ambos da mesma forma. Mas quem eram esses dois reis para dizerem que eram reis e que seriam os naturais protagonistas de um ato como este? As embaixadas eram mais do que apenas momentos de comunicação entre dois reis realizados com a ajuda de embaixadores, cartas, presentes e outros dispositivos. Veiculavam também uma ideia fundamental que estava em vias de estabelecer-se em Portugal precisamente no final de quatrocentos: a ideia de que os atos diplomáticos seriam da exclusiva responsabilidade do rei (CARDIM 2016). Ora, lutas semelhantes parecem ter-se desenrolado ao mesmo tempo em várias regiões contactadas pelos portugueses durante esse mesmo período, embora não possamos dizer nada mais em termos de periodização.

Importa por isso, antes de explorarmos os eventos concretos do reinado de D. João II, numa perspetiva portuguesa, entendermos as forças em confrontação desde um ponto de vista mais estrutural do que conjuntural⁷. Uma lógica de base, transversal a todas as formações políticas consideradas no presente estudo, é simplesmente esta: se a diplomacia podia ser definida como uma atividade exclusivamente régia, seguia-se logicamente (por tautologia) que quem a conseguisse praticar seria rei. A ritualização dos atos, e a sua visibilização pública em contextos de corte, ajudavam a naturalizar um estatuto

⁷ Retomamos neste capítulo várias ideias formuladas com mais detalhe em BIEDERMANN 2019.

de exclusividade que todos os reis envolvidos almejavam. Podemos falar de uma “regização” da diplomacia que veio de mãos dadas com uma “diplomati-zação” da realeza. A esta realidade fundamental acrescia uma segunda, que a reforçava ao mesmo tempo que a minava. A diplomacia podia favorecer reis em vias de consolidação de poder ou, por outra parte, os seus detratores, se se movessem com a devida astúcia política. Abria-se assim, especialmente com a chegada de novos atores políticos como eram os portugueses, todo um le-que de possibilidades.

Em Melinde, Gama encontrou um soberano disposto a aliar-se-lhe. O encontro aconteceu depois de o capitão português se ter incompatibilizado, pouco antes, com os principais rivais regionais do sultão de Melinde, os sultões de Quíloa e Mombasa. O sultão de Quíloa em particular aparecia nessa constelação regional como um superior de cuja influência os senhores de Melinde quereriam naturalmente escapar. O paralelo é bem conhecido com a Índia meridional, onde os rajás de Cananor e Cochim tinham ambos o interesse em se aliarem aos portugueses para deixar de pagar tributo ao Samorim de Calecute, descrito como uma espécie de “imperador”, um suserano regional (AUBIN 1996, entre outros). O rei de Cota no Ceilão procurou o apoio português para deixar de pagar tributo em Couião, e mais tarde outros reis ou régulos na própria ilha tentaram aliar-se com o Estado da Índia para se rebelarem contra o rei de Cota (BIEDERMANN 2018). Noutras regiões as rivalidades poderiam ser entre régulos vizinhos de estatuto equivalente ou ambíguo (o caso, por exemplo, dos xeques de Caxém e Xael na Arábia meridional, ou dos sultões de Ternate e Tidore nas Molucas). Acrescia a tudo isto a existência de inúmeros príncipes e ministros desejosos de tomarem o poder na sua localidade ou região com o apoio dos portugueses – e também dos espanhóis, e mais tarde de outras nações europeias⁸.

As mesmas lógicas fundamentais observam-se em todas as regiões do globo com sistemas políticos suficientemente fragmentados, por um lado, para que os portugueses pudessem fazer alguma diferença, e suficientemente hierarquizados, por outro, para que pudessem desabrochar rituais políticos controlados por um grupo reduzido de pessoas. Falamos de regiões costeiras, expostas ao mar, e desprovidas de poderes centralizadores fortes – mas povoadas, ainda assim, por formações políticas encabeçadas por homens e mulheres designados de “reis” e “rainhas” (figuras que se faziam passar por régias e eram aceites enquanto tal), e mesmo “imperadores” (figuras que reclamavam suserania sobre reis e assim se alçavam sobre eles, chamando-se por

⁸ A bibliografia sobre estes e outros casos é vasta e dispersa. Muitos exemplos encontram-se reunidos em SALDANHA 1997.

exemplo *cakravartin* no Sri Lanka; BIEDERMANN 2018: 23-36). Falamos, portanto, de regiões desprovidas de grandes estados continentais, mas providas de hierarquias ao nível do que os antropólogos chamam, até ao dia de hoje, estados e chefados (SERVICE 1962; EARLE 2011). Entre as sociedades menos hierarquizadas da África meridional, em contraste, a ritualização diplomática não se verificava. Quanto ao que veio a ser o Brasil, um espaço vasto e socialmente diverso, a questão está em aberto⁹.

Alguns dos aspetos aqui referidos indicam que as lógicas subjacentes à diplomacia não eram apenas do foro da política “exterior”, mas também “interior” – dois conceitos obviamente mais fluidos, na época, do que podem parecer à primeira vista. Quem conseguisse vencer a batalha ganhava acesso a uma nova fonte de rendimentos e apoio militar, permitindo-lhe afirmar-se simbolicamente e na prática face aos seus rivais externos e internos. Esta segunda dimensão pode ser mais difícil de destringir nas fontes portuguesas. Note-se por exemplo alguma indefinição no que toca à figura exata que exercia a autoridade em Melinde – é possível que à ambiguidade que transparece dos textos corresponda alguma indefinição na prática. E onde há um filho, há outros, para não falar de sobrinhos, primos, e outros familiares com as suas respetivas mães, irmãs e primas, muitas vezes ativamente envolvidas nas lutas pelo poder, mas quase invisíveis nas fontes narrativas de que dispomos (além de que, obviamente, o próprio parentesco podia ser metafórico, e carecia sempre de sancionamento social). Tais ramificações familiares observam-se em muitas regiões. Quanto a Kwamina Ansah, este “rei” fante interagiu com Diogo de Azambuja com o fim evidente de reforçar a sua posição dentro de uma hierarquia política local e regional onde, ao que tudo indica, a sua realeza estava longe de ser um facto estável. É um exemplo de como a diplomacia podia acabar por não dar os resultados almejados: ao passo que D. João II estabilizou a sua posição depois de 1482, Kwamina Ansah desaparece simplesmente da documentação. Pode ter morrido de uma causa banal, mas é mais provável ter sucumbido por razões políticas.

A intensidade do processo de afirmação régia que D. João II levou a cabo com tanto empenho no campo da diplomacia destaca-se neste panorama. A partir de 1481, constata-se o eclodir de relações diplomáticas frequentes, altamente “cerimonializadas” ou ritualizadas, e também detalhadamente documentadas, entre o rei português dum lado, e figuras régias na Guiné, no Congo, na África Oriental, no Golfo Pérsico, na Índia, no Sri Lanka e noutras regiões da Ásia, do outro. Podemos e devemos recordar que em cada um destes lugares existiam “régios protagonistas do poder”, e que nesse sentido a

⁹ Inclino-me a ver fortes sinais de uma lógica comparável à das Caraíbas, da África Ocidental, etc., mas procederei ao seu estudo noutro contexto.

história é multicêntrica, aberta, não linear. A inserção da história da expansão nesses múltiplos contextos locais e regionais tem sido uma fonte importante de renovação metodológica desde a década de 1970. Podemos aproximar-nos à história de Portugal vindo da Guiné, da África Oriental, ou da Índia, e assim “provincializar” a metrópole, a Europa e os seus impérios. Devemos, de resto, continuar a fazê-lo. No entanto, nota-se também o destaque com que o rei de Portugal aparece no panorama documental do final do século XV. D. João II é o monarca melhor documentado para todas as regiões marítimas aqui consideradas. A diplomacia em partes distantes do mundo realçou duradouramente o estatuto do rei português face à sua aristocracia, e ao mesmo tempo ajudou a constituir um arquivo textual sem paralelo nas regiões afetadas. Algo nas condições do régio protagonismo do poder era diferente do que se passava noutras regiões. E por isso, inevitavelmente, somos levados a dar particular relevo ao que acontecia em Portugal.

Em parte, o destaque régio no *corpus* documental português ter-se-á devido ao facto de estar já em andamento, antes de 1481, um processo de visibilização da almejada superioridade régia, no contexto de festividades cortesãs, entradas, procissões, e cortes do reino. Conforme descreveu Ana Maria Alves, assistira-se desde os finais do século XIV a uma transformação paulatina, na corte dos reis de Portugal, dos rituais de convivialidade em rituais teatrais (do “convívio” ao “espetáculo”). Duas regras espaciais – a regra da distância e a regra da altura – foram aplicadas cada vez mais sistematicamente com o fim de criar uma reforçada inter-visibilidade (no sentido de ser visto e ver) para o rei (ALVES 1984). O famoso estrado que D. João II mandou montar para elevar-se sobre as cortes em Évora em 1482 resultou, é certo, tanto do esforço individual deste monarca como dos desenvolvimentos anteriores (o primeiro monarca a comer sentado sobre um estrado fora D. Fernando). Mas o resultado, o impacto profundo que o gesto teve no reinado do Príncipe Perfeito, graças à conjuntura desses anos, passou a ser inegável: o rei via e era visto como mais ninguém no reino. E a estes desenvolvimentos arquitetónicos corresponderam outros de ordem urbanística, com semelhante objetivo de ordenar o espaço por onde se moveria o rei, e por onde ele veria e seria visto¹⁰.

Conforme explicaria Garcia de Resende, “nos lugares onde cumpria, muito maior lugar fazia [o rei] com o olhar do que todos os oficiais e porteiros da maça com muito trabalho podiam fazer” (RESENDE 1902: xxi). A distribuição espacial exprimia, tridimensionalmente, a superioridade (de-sejada, ambicionada, retórica) do rei. A assimetria no espaço representava e

¹⁰ Tudo isto vai, naturalmente, no sentido de caracterizar uma tendência, não uma rutura repentina e absoluta.

reificava uma assimetria emergente no seio da elite do reino – uma novidade que, independentemente de seguir sendo contestada, veio para ficar. Acresce que dois dos grandes conflitos travados por D. João II no início do seu reinado tiveram que ver diretamente com a forma como o rei, enquanto rei, poderia relacionar-se com poderes sediados fora do reino sem neste campo ter de competir com outrem dentro do reino. Ouvem-se aqui ecos de Melinde e Cochim, mas num contexto muito mais densamente documentado. O que estava em questão em Portugal era, entre outras coisas, a nascente prerrogativa régia de ser o único interlocutor de outros reis – eles mesmos protagonistas de processos parecidos nos seus respetivos entornos. Para controlar o trato da Guiné e impor-se simbolicamente aos seus rivais nesta área, D. João II teve de dirigir-se diretamente a uma figura régia local e pôr em andamento um processo diplomático que, ostensivamente, passaria a estar fora do alcance de Dom Fernando, Duque de Bragança. Como é sabido, na sua fatídica correspondência com as autoridades castelhanas, o duque foi ao ponto de mostrar-se a favor do acesso de mercadores andaluzes à África ocidental (FONSECA 2007: 88). Ao mesmo tempo, mantinha relações epistolares com o papado (SANTARÉM e SILVA 1842, X: 95-102). Havia, portanto, na perspetiva do rei, que derrotá-lo em três frentes interligadas: o acesso à Guiné, o acesso aos órgãos do nascente estado onde se discutiam os assuntos da Guiné, e o acesso diplomático à cúria papal e a outras casas régias europeias.

Os eventos de 1481-82, no reino e na Mina, tiveram um impacto duradouro no tocante não tanto à distribuição concreta dos lucros do trato (as tensões neste campo continuariam durante séculos), mas sim a existência de uma prerrogativa régia de tomar decisões a seu respeito. Ou seja, o privilégio de negociar, em regime de exclusividade anteriormente muito mais ténue, acordos formais com outras autoridades externas ao reino. Neste campo, os triunfos régios sucederam-se. D. João II conseguiu, em dezembro de 1481, despachar a já invocada missão para o estabelecimento oficial de uma feitoria-fortaleza na Guiné; em janeiro de 1482, o castelo de São Jorge da Mina entrou em construção; e, de maneira crucial, tudo isto foi sancionado por um “rei” africano, graças ao labor de um “embaixador” do rei português, cujos atos foram celebrados na corte por escrito e que já não puderam ser imitados por outrem. Estabelecia-se assim não só uma estrutura material, mas também uma lógica política, simbólica e de memorialização impenetrável aos que não eram o rei. Já não seria aceitável, em tal constelação, que algum outro português encetasse relações oficiais, comparavelmente “cerimonializadas”, com Kwamina Ansah, ou escrevesse ou mandasse escrever sobre elas. Tal como também passaria a ser inaceitável que alguém

como o Duque de Bragança mantivesse, e celebrasse por atos públicos e textos escritos, relações semiformais com membros da família real de Castela ou com o papado, a respeito de assuntos considerados de cariz régio.

A documentação para Portugal permite reconstruir detalhes do processo impossíveis de destrinçar para os reinos de Melinde, Ormuz, Cochim, Malaca. D. Fernando, duque de Bragança, tinha claramente consciência de que a sua posição de destaque, enquanto o grande mais poderoso do reino, era também uma posição de alto risco. O seu último ato antes de entrar em Évora em maio de 1483, onde acabaria preso, acusado de traição e decapitado por ordem do rei, foi do foro diplomático. As coroas de Portugal e Castela tinham decidido terminar as chamadas terçarias de Moura, um regime acordado para manter a paz entre Portugal e Castela que envolvia um controlo apertado sobre certos herdeiros das duas famílias régias, fisicamente retidos em Moura. O príncipe D. Afonso estava agora prestes a ser libertado e reintegrado na corte portuguesa, mas antes de reencontrar o rei em Évora tinha de passar por território ducal. O instinto de D. Fernando enquanto segundo homem do reino foi de preparar uma recepção exuberante para o príncipe; ao mesmo tempo, sentia já (segundo comenta o cronista) que o assunto trazia riscos:

[D. Fernando] praticou [com os enviados do rei] sobre o que à cerca da vinda do Príncipe devia fazer, pois vinha por suas terras, porque de uma parte por obediência e por sua dignidade, e por outras muitas causas lhe parecia bem ir-se para o Príncipe e o acompanhar e servir até a córte, e em suas terras lhe fazer aquelle recebimento e serviço que era razão, e elle por ser seu senhor merecia, e da outra receava de o fazer por não saber quanto El-Rei d'isso seria servido e contente (RESENDE 1902: 95).

Semelhantes (mas não idênticas) dúvidas terão preocupado os rajás de Cananor e Cochim que, em teoria, eram subordinados do Samorim de Calecute, e seguramente outros homens desejosos de poder: deveriam receber os portugueses de braços abertos, tomando uma iniciativa suscetível de ser vista como um desafio pelo seu suserano? Eles, ao decidirem pela afirmativa, venceram a aposta, e D. Fernando não. Onde o Samorim enfraqueceu face aos seus vassallos, D. João II consolidou o seu poder. Para o duque, súbdito de um rei num reino cujo território estava bem mais firmemente estruturado do que a zona de suserania reclamada pelos Samorins de Calecute, o resultado foi catastrófico. Como é sabido, os procuradores do rei português encorajaram o duque a realizar as festividades, para fingir que D. João tolerava tais impertinências, e assim encorajar D. Fernando a vir para Évora. Houve assim, em Portel, vila do duque,

“recebimento, festas e banquetes [...] em muita perfeição, que o duque era mui largo e abastado em suas cousas, e trazia mui honrada casa” (RESENDE 1902: 97). Mas em tudo isto estava claro, já, que tais atos – uma grande recepção ao príncipe em vésperas da recepção organizada pelo rei – eram problemáticos. Dos membros da aristocracia portuguesa, esperava-se agora que participassem em festividades, recepções e missões diplomáticas organizadas pelo rei – conforme fizeram os outros titulares envolvidos na entrada de Évora, incluindo o Duque de Viseu – e não que as produzissem ou protagonizassem. Por outras palavras, esperava-se deles que entrassem em eventos ritualizados por outrem, reconhecendo que a fonte da excecionalidade de tais eventos era o próprio rei. E o rei provou ter os meios para impor tal ideia, independentemente de tudo o mais que ainda não era capaz de fazer.

Cada caso era distinto, naturalmente. Da descrição da vinda de Kwamina Ansa ao encontro de Diogo de Azambuja, na Mina, em janeiro de 1482, depreende-se certa tensão. O homem que queria ser visto como rei tinha menos espaço de manobra do que D. João II. Veio acompanhado de um grupo de “principais” que, segundo era então normal no sistema político akan (grupo do qual os fantes faziam parte), teriam um poder considerável sobre o seu líder (HAIR 1994). Ao sentar-se numa cadeira portuguesa, diferente das africanas, Kwamina Ansa mostraria a sua ambição de superioridade face aos seus. Ao sentarem-se nas suas próprias cadeiras, símbolos também de poder de pleno direito, os “principais” exprimiam a sua visão do rei como *primus inter pares*. É esta, pelo menos, uma leitura possível do trecho seguinte:

ho Rey veeo, e diante delle huma grande matinada de buzios, chocalhos, e cornos que sam os seus estormentos, acompanhado de infindos negros, delles com arcos, e frechas, e outros com azagayas, e escudos; e os principaaes traziam de tras de sy pages nuus com assentos de pao como cadeiras pera se assentar (PINA 1792: 13).

Por um momento, no caso da Mina, poderia parecer que o rei era um homem acompanhado por companheiros de alto rango que o controlavam. Outro relato confirma tal leitura:

os que entrelles eram estimados por nobres, como jnsignias de sua nobreza, traziam dous pages tras sy, hum lhe trazia hum assento redondo de pao pera se assentar a tomar repouso onde quisesse, e outro o escudo da peleja, e estes nobres pela cabeça e barba traziam alguns arriees e joyas douro (BARROS 1988, I: 73-74).

Seria apenas na narrativa mais tardia de João de Barros que o corpo do rei se distinguiria mais claramente, aparecendo como o que mais reluzia, e carregado de joias que os demais presentes não traziam:

O seu rey Caramansa em meyo de todos vinha cuberto pernas e braços de braceletes e argolas douro, e ao pescoço hum colar: do qual dependiam humas campaynhas meudas, e pela barba retorcidas humas vergas douro que assy lhe chumbauam os cabellos della, que de retorcidos os faziam corredios (BARROS 1988, I: 73-74).

Na realidade, como já referi, Kwamina Ansa não conseguiu fazer-se reconhecer estavelmente como figura régia. Estava talvez em fase de afirmação enquanto rei, usando o ato diplomático para elevar-se acima dos homens que o circundavam. Não o sabemos. Durante a receção de 1482 e as subsequentes negociações para o estabelecimento da fortaleza de São Jorge, jogou o seu papel e conseguiu não ser desafiado. Mas o facto de depois desaparecer da documentação sugere que a aposta não vingou e que o seu “momento de soberania” (almejada, parcial, frágil) foi breve (quicá a própria construção do castelo, à qual se opusera inicialmente, fosse o motivo da sua queda). O mesmo não se pode dizer, mais uma vez, de D. João II, que conseguiu manter a pressão que exercia e seguir consolidando o seu almejado privilégio diplomático face aos grandes do seu reino. Grandes, acrescente-se, que aceitavam largamente a noção de que dentro do espaço designado como “Portugal” deveria existir apenas um rei. Tomamos por banais alguns factos que só quando confrontados com outros exemplos, noutras regiões, revelam todo o seu significado histórico.

5. Dinâmicas diplomáticas entre contextos europeus e globais

A aposta de D. João II passou pelas relações externas da coroa num âmbito geográfico bem documentado. A luta entre o rei e os duques de Bragança e Viseu travou-se, como é sabido, sobre o fundo de relações complexas e difíceis com um suserano simbolicamente superior ao monarca português, Sisto V. Enfocarei aqui apenas esta ligação, sem estender-me sobre como a diplomacia em África e na Ásia também reforçou o prestígio (ainda limitado) da dinastia de Avis face aos outros poderes régios na Europa (França, Inglaterra, etc.), e em particular no palco ibérico (com os tratados das Alcáçovas e Toledo) – assuntos demasiado tentaculares, embora importantes para entender

as concessões contidas nas bulas fundacionais de 1455 e 1456. Talvez no que toca à relação Portugal-Roma uma possível comparação seja entre D. João II, inferior em estatuto ao papa, e os rajás de Cochim e Cananor, inferiores em estatuto ao Samorim (“imperador”) de Calecute – mas uma vez mais, a documentação não permite narrativizar a comparação. Sabemos que D. João II, nos primeiros anos do seu reinado, se viu pressionado, e mesmo hostilizado, em toda uma série de breves e bulas enviadas entre 1481 e 1484, todas criadas para minar a sua autoridade. A cúria romana, preocupada com as ambições do novo rei e animada pelo proeminente Cardeal Alpedrinha, apostava em encorajar os seus rivais internos a resistir. Uma embaixada planeada por D. João II foi cancelada no verão de 1483 devido às pressões exercidas pelo cardeal (RESENDE 1902: 116).

A situação só se resolveu quando, em agosto de 1484, morreram tanto o Duque de Viseu como o próprio Sisto V – por causas bem diferentes (MAGALHÃES 1993: 516-17). D. João II despachou imediatamente uma embaixada com “muitos fidalgos e cavalleiros, e mui honrada companhia”. O embaixador, D. Pedro de Noronha, mordomo-mor do rei, foi acompanhado por Rui de Pina, que serviu de secretário, e Vasco Fernandes de Lucena, que proferiu uma das mais memoráveis orações de obediência na história das relações entre Portugal e o papado, com repetidas referências à gesta ultramarina (RESENDE 1902: 139). O rei triunfante não tinha problemas em continuar a cultivar a imagem de fiel vassalo – afinal de contas, não deixava isso de ser, também, um privilégio face aos grandes do reino, na nova conjuntura que se vivia –, mas o tom e teor da correspondência passou a ser outro. Creio ser plausível afirmar que as condições de base já eram, em Portugal, bem mais favoráveis à consolidação régia do que nos reinos da Mina, de Cananor, ou de Cochim. Este último sofreu um grande ataque militar da parte do Samorim do Calecute como consequência direta da sua “secessão” simbólica manifestada na aliança com a coroa portuguesa.

Foi na sequência desta aposta vencida face a um papado fragilizado, numa Europa com várias formações políticas em consolidação, que D. João II assumiu, já sem grandes resistências internas ou externas, o título de “senhor da Guiné”, em 1485. Em junho desse mesmo ano, cunhou as suas primeiras moedas, fazendo circular a sua imagem de “El-Rei armado de todas armas assentado em cadeira real e o cetro na mão, e a letra [...] *Justus sicut Palma florebit*” (RESENDE 1902: 138)¹¹. Note-se como o ato de cunhar moe-

¹¹ Uma referência a Salmos 92:12-13, onde se lê “*Justus ut palma florebit, sicut cedrus quae in Libano est, multiplicabitur; Plantati in domo Domini, in atriis domus Dei nostri florebit*” – ou seja, “Os justos florescerão como a palmeira, crescerão como o cedro do Líbano; plantados na casa do Senhor, florescerão nos átrios do

da foi também usado como sinal de cessação de sujeição tributária na Ásia, por exemplo quando o rei de Cota deixou de pagar tributo ao rei de Couião (BIEDERMANN 2018: 56). A jurisdição, por sua vez, era também um ideal associado à realeza em ambas as culturas. Em Portugal, a nova imagem do rei vingou de tal maneira que não se tornou necessário cortar inteiramente as relações de vassalagem simbólica com Roma. As bulas emitidas em fevereiro de 1486 já testemunharam o sucesso de D. João em mudar o âmbito da conversa. Roma falava agora novamente, conforme os desejos do monarca, da empresa africana como prerrogativa régia portuguesa, tendo como função principal a luta contra o Islão e a procura (diplomática) de aliados cristãos (SANTARÉM e SILVA 1842, X: 102-3). Assim, também o projeto régio de controlar o comércio da Mina recebia a bênção: que o rei controlasse a capitania e, através dela, o acesso ao *mare clausum* da Guiné, passava a ser parte indiscutível da sua prerrogativa, da sua capacidade, enquanto rei, de relacionar-se com outros reis (SANTARÉM e SILVA 1842, X: 103-5; BARROS 1988, I: 71).

A diplomacia era reflexo e, ao mesmo tempo, fator causal do reforço da posição do rei. Nos anos seguintes, D. João II fez questão em aparentar boas relações com Roma, enquanto tudo fazia para limitar a autoridade papal dentro do reino. Obviamente, nunca governou sem oposição interna, e teve o inimigo consigo, nos seus próprios aposentos, na figura da rainha D. Leonor, especialmente no período final do seu reinado (MENDONÇA 1995: 454-66). Mas entre as numerosas bulas e missivas papais que chegaram a Portugal de Roma, já nem uma atacou o rei pelos seus esforços de cariz – e voltaremos em breve a esta palavra tão contenciosa – centralizador (SANTARÉM e SILVA, 1842, X: 105-12).

A guerra santa levada pelo rei para África foi também o tema da primeira grande bula do reinado de D. Manuel I, e durante os anos seguintes, as bulas e os breves confirmando o padroado régio sobre as estruturas religiosas no ultramar mostram uma acomodação mútua. O Venturoso teve de engolir muitos sapos – nomeadamente, como se tem dito, a escolha de Vasco da Gama para comandar a primeira viagem à Índia em 1497 – e quando a frota voltou a Lisboa em agosto de 1499, as novas do fracasso diplomático sofrido em Calecute poderiam facilmente ter dado razão aos que queriam limitar o ativismo régio ultramarino – muitos dos quais se apressaram a visitar o capitão em Belém (BARROS 1988, I: 164). D. Manuel, porém, soube fazer da necessidade virtude. Os relatos não falam em unísono, mas entende-se que, ainda no mesmo dia, o rei ofereceu aos sobreviventes da viagem uma entrada

nosso Deus”. Notem-se as dimensões espaciais, a combinação de verticalidade e horizontalidade, invocadas nestes versos.

formal na cidade seguida de uma recepção nos seus paços, onde o capitão jurara dois anos antes servir o monarca como seu embaixador (SALDANHA 1997: 341). Ainda no mesmo mês, o rei expandiu o seu título até à sua forma quase-definitiva: “Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves de Aquém e Além Mar, em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, Índia, etc.”

A imagem de D. João II e D. Manuel I enquanto reis, e cada vez mais também “reis de reis” – ou seja, figuras de ambições suseranas, imperiais, em tudo menos o nome – fundou-se no jogo de espelhos da diplomacia com reis e régulos africanos e asiáticos. Era um jogo entre figuras que se confirmavam mutuamente, através de grandes distâncias físicas, nas suas respetivas honrarias. Ser rei era, afinal de contas, também uma questão de status social (KRISCHER 2009). Uma vez obtido um acordo, uma aliança num reino distante, os portugueses muitas vezes passaram a falar de uma realeza hierarquizada, afirmando-se suseranos e interpretando transações materiais como tributos. Significativamente, é nas narrativas da expedição de 1497-99 que encontramos o primeiro corpus serial de descrições detalhadas de atos diplomáticos (decorridos em Moçambique, Mombasa, Melinde e Calecute). É como se uma *praxis* incipientemente ensaiada sob D. João II nas interações com figuras régias na Mina, no Benim e no Congo (registada em textos que só nos chegaram em versões ligeiramente mais tardias) agora alcançasse velocidade de cruzeiro.

Os atos ritualizados passavam a ser registados com o devido detalhe e rigor, dados a conhecer imediatamente, e cuidadosamente preservados (não obstante muitas perdas) para a posteridade com o fim de continuar a fortalecer a posição do rei – uma riqueza documental visível nas crónicas régias. Regista-se assim a vinda, desde Melinde, do primeiro embaixador “oriental” para a Europa pela via do Cabo (GÓIS 1566, fols. 42–42v). Descrevem-se elementos do que foi efetivamente o regimento diplomático-militar do comandante da segunda armada, Pedro Álvares Cabral (1500), incluindo os presentes enviados por D. Manuel ao sultão de Melinde (GÓIS 1566, fl. 50v). Outros capítulos da mesma crónica – assinada por Damião de Góis, mas baseada para estes anos num registo criado na primeira década do século por Rui de Pina – narram em grande detalhe as interações diplomáticas em Quíloa e Melinde, sempre sublinhando como os reis ali reconheciam a grandeza de D. Manuel. Uma passagem interessante descreve, por exemplo, como os presentes enviados desde Lisboa foram expostos com máxima visibilidade em Melinde (GÓIS 1566, fols. 56v-57). Para que a visibilidade destas coisas em Portugal alcançasse todo o seu potencial, era preciso realçar, pela via textual, a sua vi-

sibilidade em reinos distantes. Falamos de representações de representações (meta-representações, por assim dizer). Outro capítulo da crónica de Góis/Pina explora as negociações de Cochim, Coulão e Cananor, incluindo a vinda de um embaixador deste último reino para Lisboa (GÓIS 1566, fls. 59v-60v). Assim se foi construindo um arquivo de narrativas diplomáticas que ajudava a consolidar e naturalizar o status único do rei em Portugal e, ao mesmo tempo, serviria de pilar central para o edifício imperial. Foi no campo diplomático e na memorialização dos atos de diplomacia que a articulação entre política externa e consolidação interna mais claramente se jogou.

6. A “centralização régia” de Portugal numa perspetiva global

D. João II e D. Manuel tiveram um êxito excecional em comparação com os seus interlocutores diplomáticos em África e na Ásia, nenhum dos quais teve a mesma longevidade política, e nenhum dos quais estabeleceu um arquivo diplomático comparável. Os paralelos, as comensurabilidades, as interseções são evidentes, mas as diferenças e divergências também. Considerando então a possibilidade de histórias (des)conectadas, onde os monarcas portugueses ganharam bem mais com a diplomacia do que muitos dos seus interlocutores, e por consequência algumas comunicações se foram deteriorando e não melhorando, chega o momento de confrontar o elefante na sala: como se relaciona a história do rápido desenvolvimento de uma nova cultura diplomática entre 1480 e 1510 com a *vexata quaestio* da centralização régia no Portugal tardo-medieval – questão essa que, longe de diluir-se à medida que alargamos os nossos horizontes, se torna particularmente premente quando nos apercebemos da sua relativa excecionalidade, pelo menos nos contextos aqui explorados? Será que um olhar global, conetivo e comparativo, sobre o que aconteceu em Portugal nesse período nos pode ajudar a resolver um problema tão marcadamente nacional? E será que algo do debate português pode também ganhar relevância no âmbito das atuais discussões sobre o futuro da história global?¹²

Quem estuda a história de Portugal deste período, confronta-se com uma situação desconcertante. Por um lado, todo um conjunto de medievalistas, e também alguns especialistas da época moderna, falam-nos de uma precoce centralização do poder nas mãos dos reis de Portugal e do nascimento de um estado de cariz moderno, a partir do século XIII, com inevitável destaque para

¹² Retomamos e desenvolvemos aqui um argumento já formulado em BIEDERMANN 2018. O problema é local no sentido de ser largamente ignorado pela historiografia anglo-saxónica, por exemplo. Os paralelos são, no entanto, muitos com a historiografia castelhana.

D. João II. Na sua versão mais moderada, purgada dos excessos retóricos de outros tempos, esta tradição encontra-se bem representada no terceiro volume da canónica *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, a cargo de Joaquim Romero de Magalhães, publicada em 1993. Por outra parte, entre muitos estudiosos da época moderna prevalece hoje uma narrativa frontalmente oposta àquela. Esta historiografia, patente no quarto volume dessa mesma coleção, coordenado por António Manuel Hespanha, surgiu como uma resposta crítica à outrora dominante tese do excecionalismo português, e tem jogado um papel crucial na dinamização da historiografia nacional e na sua rearticulação com outras historiografias europeias ao longo das últimas décadas. Aqui, nota-se a negação de qualquer centralização régia, insistindo-se na incapacidade dos reis para administrarem o seu território (descontínuo, minado por bolsas de poder senhoriais e municipais), e apontando-se para a fluidez e contingência dos rituais que mal escamoteavam a fragilidade dos reis.

O problema persiste, mas é, em parte, um falso problema. Ambas as historiografias reconhecem que o final do século XV trouxe mudanças. Mas onde uma assume que à ambição discursiva dos reis corresponde o nascimento de um estado forte e centralizado, a outra insiste nas limitações práticas a tais prerrogativas. A solução para o imbróglia passará inevitavelmente por algum recalibrar dos vocabulários. A centralização em finais de Quatrocentos não foi, nem podia obviamente ser, a centralização absolutista da Europa barroca e das Luzes. Os medievalistas farão bem em ler com mais assiduidade os modernistas. Mas isso não significa que não houvesse ambições régias de elevação sobre o resto da elite do reino com efeitos cuja descrição, hoje, pode passar pela metáfora da centralidade. Faltam-nos, é evidente, as palavras e os modos de inflexão para exprimir a fluidez, a processualidade do que está em questão: contemplamos uma ambição de centralidade, uma construção de discursos e narrativas centralistas no sentido de realçarem a centralidade do rei, mais do que uma centralização efetiva. A palavra certa apontaria para uma ambição, um projeto, um processo relativamente exitoso de elevação simbólica e prática da figura do rei sobre a aristocracia, conforme vimos acontecer no campo diplomático nas páginas anteriores. Para entenderem o que têm entre mãos, os modernistas farão bem em ler melhor os medievalistas. E também em considerarem o seu objeto de estudo numa perspetiva comparada mais ampla – pois para isso têm hoje todas as condições.

A apropriação e transformação dos rituais diplomáticos pelos reis de Portugal, tão significativa no panorama documental global, é apenas um entre muitos aspetos no longo rol das atividades reformistas (legais, jurídicas, fiscais, de gestão municipal, de pesos e medidas, estéticas, literárias, carto-

gráficas, militares) de D. João II e D. Manuel I. Foi esta uma ambição marcadamente simbólica, centrada sobre uma reformulação da própria figura do rei através da sua capacidade de comunicar em regime de exclusividade com outros reis. E, como sabemos, o simbólico é uma parte indissociável do domínio político. D. João II e D. Manuel I não eram absolutos no sentido almejado mais tarde por outros monarcas, mas conseguiram alçar-se precisamente no campo dos rituais e da sua memorialização até uma posição confortavelmente destacada face à aristocracia do reino, num distanciamento que transformou na prática o sentido das teorias políticas corporativistas e contratualistas vigentes. Conforme apontámos já noutro contexto, basta comparar o conforto com que sob D. Manuel as guardas régias se transformaram num corpo cerimonial, por uma parte, com a cultura intensamente regicida que rodeava muitos dos interlocutores africanos e asiáticos do Venturoso, por outra (BIEDERMANN 2018: 72 e 92). Constatamos imediatamente que a figura do rei, no Portugal renascentista, gozou de uma estabilidade notável e, embora a palavra nos faça estremecer, excecional.

Mas porquê essa relativa estabilidade? Para responder, precisamos de repensar alguns outros enviesamentos historiográficos. A teoria do absolutismo régio precoce relacionou-se, mesmo que aparentasse destacar-se dela, com uma nebulosa mais ampla de teorias acrílicas sobre o excecionalismo europeu. Portugal seria assim (a nível continental, com Castela) um pioneiro dentro de um continente também pioneiro (a nível global) a caminho da modernidade política. Toda esta região estaria de alguma maneira predisposta a ver o eclodir de sistemas estatais estáveis, cada vez mais centralizados, burocratizados e profissionalizados. Estas teorias encontram-se largamente desacreditadas devido ao seu eurocentrismo acrítico, muitas vezes aberta ou encobertamente racista na forma como ignoram processos históricos protagonizados por não-europeus.

Desde os anos 1990, por outra parte, a renovação historiográfica associada à história transnacional, global e “conectada” tem vindo a alargar o panorama consideravelmente, deixando marcas profundas na forma como o estudo da expansão portuguesa e da própria metrópole se tornou mais transnacional. Já não é polémico, hoje, afirmar que o Estado da Índia foi, entre outras coisas, um estado asiático – uma formação política que não se compreende plenamente desde uma perspetiva metropolitana. Foi esta a principal inovação da história luso-asiática desde os anos de 1970, de onde a “história conectada” veio a eclodir desde o final do milénio. O que também se verifica agora, no entanto, é uma tendência para negar a existência de qualquer excecionalidade portuguesa ou europeia – um gesto compreensível e útil no âmbito do

revisão em questão, mas que hoje deixa de ser inteiramente favorável à compreensão da expansão europeia e dos seus efeitos globais. Se a Europa ocidental fosse em tudo equivalente e comensurável à Ásia meridional ou o Extremo-Oriente, como se explicam então as dinâmicas de poder que, *mutatis mutandis*, levaram ao eclodir e aos tremendos impactos do imperialismo global europeu? Inevitavelmente, a solução para estes problemas passará por uma historicização crítica do excepcionalismo da trajetória ocidental capaz de integrar as dimensões e contribuições africanas e asiáticas no sistema que se desenvolveu a partir de finais do século XV, almejando uma visão interconectada, mas sem estipular falsas simetrias.

Por exemplo, cabe reconhecer a importância de uma figura como Kwamina Ansah para o sucesso de D. João II no reino, e até imaginar que os relatos que sobre ele circularam tivessem impactado os imaginários políticos do público cortesão português. Mas não faz sentido estipular uma simetria e equivalência totais. Torna-se sim necessária uma combinação de dois gestos historiográficos aparentemente contraditórios, mas complementares. Por um lado, devemos continuar a questionar quaisquer noções eurocêntricas e difusionistas segundo as quais a cultura diplomática moderna nasceu na Europa e se expandiu depois pelo mundo. Culturas diplomáticas comparáveis existiram em muitas regiões. Muitos elementos das fontes aqui trazidas sugerem dinâmicas (em termos de rituais de corte, presentes diplomáticos, cenografias e materialidades etc.) mais complicadas, e de facto fluxos na direção contrária, de África e da Ásia para Portugal. Podemos, com algum otimismo, falar de dinâmicas transculturais multi-direcionais, e mesmo aventar a hipótese de terem existido culturas cortesãs e diplomáticas comensuráveis em regiões distantes umas das outras. Alguns dos elementos dos rituais aqui explorados (por exemplo, o uso de estrados e cadeiras para conferir distinção e visibilidade) tiveram desenvolvimentos anteriores independentes em várias sociedades. Outros terão existido em várias regiões, mas com mais pujança numa que noutras (como parece ter sido o caso dos presentes, aos quais os portugueses se tiveram de “habituá-los” na Ásia). Outros ainda terão sido inventados numa região e depois difundidos por uma combinação de “influência” e “apropriação”. Nos momentos intensos em que tais práticas floresceram enquanto práticas partilhadas, algo de novo esteve seguramente a acontecer, algo profundamente marcado tanto pela cultura cortesã ibérica (ela própria com um fundo islâmico importante) como por culturas diplomáticas extraeuropeias, de uma grande riqueza formal e conceptual. Os gestos e os ritmos partilhados por representantes de sociedades distantes e culturalmente distintas conectaram essas mesmas sociedades com eficiência notável, graças

em boa parte à habilidade dos agentes extraeuropeus, em cujas cortes régias os acontecimentos de desenrolaram. Os espaços em que tudo isto acontecia ficavam assim em suspenso entre culturas, adquirindo um carácter genuinamente transcultural.

Por outro lado, se a ritualização (ou “cerimonialização” – vale a pena manter esta segunda opção conceptual acessível) foi uma prática fácil de partilhar, cabe também perguntar em que sentido exatamente ela foi fácil de partilhar, sob que hierarquias de poder, com que limitações, e com que resultados. Fácil foi as partes envolvidas entenderem os princípios gerais da praxe: suspender hostilidades, pôr em cena os protagonistas do poder e da autoridade, abrandar os movimentos, chegar a acordos básicos e declarações frequentemente abstratas sobre amizade, irmandade ou vassalagem. Muito mais difícil foi esclarecerem os detalhes – por exemplo, o que significariam palavras como “amizade” e “vassalagem”, o que simbolizaria o “tributo”, quais seriam as obrigações mútuas das partes envolvidas?¹³ Como gerir relações em que uma das partes, embora de porte assaz modesto, se considerava declaradamente superior às outras (estamos, recorde-se, a falar do período anterior à chegada dos portugueses à Pérsia, ao Vijayanagar, à China)? Por mais que “falassem” uma com a outra empregando uma espécie de linguagem transcultural de gestos e atos ritualizados, as partes envolvidas não deixavam também de estar enraizadas em entidades societárias e culturais distintas. Estas entidades permaneceram operacionais enquanto tais mesmo depois de se “conectarem”, e não podem abolir-se por decreto historiográfico, por simples proclamação. Mais interessante será estudarmos as complexas tensões entre o emergente sentido de superioridade portuguesa e a importância de reconhecer soberania aos reis que interagiam com a coroa portuguesa – seguramente uma chave para as dinâmicas estudadas por Lisa Voigt no presente dossier temático.

Conclusão

As interações diplomáticas permitiram, por um lado, o surgir de certa transculturalidade e de entendimentos mútuos notáveis. Por outro, tais desenvolvimentos não anularam de um dia para o outro a existência de culturas separadas por numerosas diferenças, quer subjetivas, quer objetivas. Mesmo rejeitando essencialismos simplistas e estereótipos, existiram diferenças, e enquanto algumas foram diminuindo, outras cresceram. As noções de realeza

¹³ Veja-se a este respeito SALDANHA 1997 e BIEDERMANN 2018.

em Portugal e nos reinos akan da África Ocidental, por exemplo, não deixaram de ser profundamente distintas, mesmo quando um ritual como aquele de 1482 sugeria comensurabilidade e traduzibilidade – e os respetivos atores poderiam, em ambos os lados, estar conscientes das diferenças, ou mesmo interessados em mantê-las. O espaço transcultural em que tais rituais floresciam era um espaço de comunicações significativamente limitadas e imperfeitas: suficientemente boas para que algumas negociações pudessem decorrer em relativa paz, mas também suficientemente más para que permitissem o desenvolvimento de ambições imperiais do lado português, onde os gestos de amizade de reis africanos e asiáticos foram sistematicamente interpretados como sinais de submissão. Recorde-se como Barros, ao descrever o aparato régio de Kwamina Ansa com certo respeito, também lhe aplicou o epíteto da barbaridade, para já não mencionar o devastador comentário com que encerrou a respetiva passagem – onde também se insiste enfaticamente na pigmentação escura da pele dos homens akan – do seu texto:

Porém geralmente em seu modo todos vinham armados, huuns com azagayas e escudos, outros com arcos e coldres de frechas: e muytos em lugar de arma da cabeça huma pelle de bogio, o casco da qual todo era encauado de dentes dalimarias, todos tam diformes com suas jnuenções por mostrar ferocidade de homeens de guerra, que mais mouiam a riso que a temor¹⁴.

Devemos abrir os olhos à forma como os rituais diplomáticos na expansão foram muitas vezes produto de culturas políticas africanas e asiáticas? Sim, claramente. Mas não podemos fechar os olhos às evidentes assimetrias (simbólicas, políticas, materiais) que existiram, e por vezes cresceram, desde o final do século XV até aos meados do século XVI, precisamente no âmbito das notáveis relações diplomáticas que nasceram entre Europa, África e Ásia, especialmente nas orlas marítimas, com notável envolvimento português. Com base num controlo firme sobre as navegações transcontinentais, os reis de Portugal, confortavelmente sentados no centro político de um reino territorialmente estável (com fronteiras que se foram negociando nos seus detalhes, não na sua configuração geral), puderam explorar em simultâneo as tensões entre os rajás de Cochim, Cananor e Calecute, ou os governantes de Melinde, Mombaça e Quíloa. Nenhum destes monarcas pôde, entretanto, fazer o mesmo, com a mesma desenvoltura e rapidez, o mesmo controlo sobre as vias de comunicação, em relação aos múltiplos poderes europeus do seu tempo. Com a breve

¹⁴ BARROS 1988, I: 73. Veja-se a propósito da racialização inerente ao texto de Barros BIEDERMANN (no prelo).

e admirável exceção das Molucas, nenhum rei asiático ou africano explorou a rivalidade luso-castelhana a seu favor, com um sucesso minimamente durável, no período em questão. Nenhum rei mandinga ou akan, nenhum sultão suahíli, nenhum rajá hindu ou budista das vulneráveis orlas marítimas, politicamente fragmentadas, onde os contactos iniciais aconteceram gozou por esses anos de uma posição materialmente favorável ao despachar, em seu nome, de armadas para a Europa. Puderam enviar alguns embaixadores, sim, e ensinar à elite cortesã portuguesa novas práticas ritualizadas que refinaram a diplomacia lusa, em processos que merecerão estudos mais aprofundados no futuro. Mas fizeram-no sempre usando os canais do autoproclamado império que, com o seu inicial protagonismo, ajudaram a crescer.

Conclui-se, portanto, que uma nova história diplomática da chamada expansão portuguesa, enfocada nos rituais partilhados por elites régias de três ou porventura quatro continentes, servirá tanto para “provincializar” Portugal (no sentido de uma pós-colonialidade e “descolonialização” ainda incipientes, mas urgentemente necessárias, nesta historiografia) como também para reavaliar a sua trajetória imperial em toda a sua dimensão hegemónica e destrutiva. Vemos claramente, no registo histórico de numerosos atos de conexão entre entidades políticas distantes, elementos que sugerem uma certa compatibilidade entre culturas diplomáticas, ao mesmo tempo que aparecem também indicações de crescentes tensões, assimetrias e incompatibilidades. Esta constatação insere-se num conjunto de propostas – minhas, mas não só – para uma reabertura de debates cruciais escamoteados pelo *boom* de uma “história conectada” esvaziada de interrogações conceptuais e políticas¹⁵. A proposta não é de desfazer as conexões (as que se teceram na época moderna, e com elas as que tão amplamente se recuperaram nas últimas décadas), obviamente, mas de aprofundar e tornar mais precisas as nossas reflexões ao seu respeito, criando uma história conectiva mais crítica, mais intelectualmente sustentável do que aquela que se tornou dominante e, nos últimos anos, um tanto estéril. A história diplomática, devidamente integrada numa história mais ampla e ambiciosa da formação dos estados modernos, oferece um campo de experimentação ideal para tais projetos. É um duplo desafio que se coloca, e que juntos, historiadores de Portugal, da expansão portuguesa, e das várias regiões de África e da Ásia em questão, podemos e devemos enfrentar para ajudar a repensar a história global.

¹⁵ Em BIEDERMANN 2021 proponho uma “história (des)conectada”, criticamente transnacional e trans-temporal, explicando cuidada e detalhadamente, devido à multiplicidade de perspetivas que a complexidade da época moderna exige, o que entendo por ela.

Bibliografia

- AUBIN, Jean (1996). *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I. Lisboa e Paris: CNCDP e Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- ALVES, Ana Maria (1984). "A etiqueta de corte no período manuelino". *Nova História*, 1, 5-26.
- BARBOSA, Duarte (1996-2000). *O Livro de Duarte Barbosa*, edição crítica e anotada de Maria Augusta da Veiga e Sousa. 2 vols. Lisboa: MCT/IICT/CNCDP.
- BARROS, João de (1988-2001). *Ásia*. António Baião e Luís F. Lindley Sintra (eds.), reimpressão em 4 volumes. Lisboa: IN-CM.
- BÉLY, Lucien (2007). *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne, XVIIe-XVIIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BIEDERMANN, Zoltán (2014). "Negotiating Empire: Portuguese Diplomacy in Asia in the Sixteenth Century", in *The Portuguese in Sri Lanka and South India. Studies in the History of Empire, Diplomacy and Trade, 1500–1650*. Wiesbaden: Harrassowitz, 7-32 (versão revista do artigo "Portuguese Diplomacy in Asia in the Sixteenth Century: a Preliminary Overview", *Itinerario*, 29, 2 [2005], 13-37).
- BIEDERMANN, Zoltán (2018). *(Dis)connected Empires. Imperial Portugal, Sri Lankan Diplomacy, and the Making of a Habsburg Conquest in Asia*. Oxford: Oxford University Press.
- BIEDERMANN, Zoltán (2019). "Three Ways of Locating the Global: Microhistorical Challenges in the Study of Early Transcontinental Diplomacy". *Past & Present*, Supplement 14, 110-41.
- BIEDERMANN, Zoltán (2021). "(Dis)connected history and the multiple narratives of global early modernity". *Modern Philology*, 119, 1, 13-32.
- BIEDERMANN, Zoltán (no prelo). "Dark Skin, Bright Feathers: Black Africans on Sixteenth-Century Maps". *RES. Anthropology and Aesthetics*.
- BIEDERMANN, Zoltán; RIELLO, Giorgio e GERRITSEN, Anne (eds.) (2018). *Global Gifts. The Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia*. Nova Iorque / Cambridge: Cambridge University Press.
- CARDIM, Pedro (2016). "A prática diplomática na Europa do Antigo Regime", in L. N. Rodrigues e F. Martins (eds.), *História e relações internacionais: Temas e debates*. Évora: CIDEHUS, 11-53.
- CORREIA, Gaspar (1975). *Lendas da Índia*. M. Lopes de Almeida (ed.), 4 vols. Porto: Lello & Irmão.

- EARLE, Timothy (2011). “Chiefs, Chieftaincies, Chiefdoms, and Chiefly Confederacies: Power in the Evolution of Political Systems”. *Social Evolution & History*, 10, 1, 27-54,
- FLETCHER, Joseph (1985). “Integrative History Parallels and Interconnections in the Early Modern Period, 1500-1800”. *Journal of Turkish Studies*, 9, 37-57.
- FLORES, Jorge (1998). *Os Portugueses e o Mar de Ceilão, 1498–1543. Trato, Diplomacia e Guerra*. Lisboa: Edições Cosmos.
- FLORES, Jorge (2024). *Empire of Contingency. How Portugal Entered the Indo-Persian World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- FONSECA, Luís Adão da (2007). *D. João II*. Lisboa: Temas e Debates.
- GÓIS, Damião de (1566). *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa: Em casa de Francisco Correia.
- GOODY, Jack (1961). “Religion and Ritual: The Definitional Problem”. *The British Journal of Sociology*, 12, 2, 142-164.
- HAIR, P.E.H. (1994). *The founding of the Castelo de São Jorge da Mina: an analysis of the sources*. Madison: African Studies Program, University of Wisconsin-Madison.
- KRISCHER, André (2009). “Souveränität als sozialer Status. Zur Funktion des diplomatischen Zeremoniells in der Frühen Neuzeit”, in Ralph Kauz, Giorgio Rota e Jan Paul Niederkorn (eds.), *Diplomatisches Zeremoniell in Europa und im Mittleren Osten in der Frühen Neuzeit*. Viena: Österreichische Akademie der Wissenschaften, 1-32.
- MACHADO, José Pedro e CAMPOS, Viriato (1969). *Vasco da Gama e a sua Viagem de Descobrimento*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993). “Os régios protagonistas do poder”, in José Mattoso (ed.), *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 512-73.
- MATTINGLY, Garrett (1955). *Renaissance Diplomacy*. Boston: Houghton Mifflin.
- MELO, João Vicente (2016). “In Search of a Shared Language: The Goan diplomatic protocol”. *Journal of Early Modern History*, 20, 4, 390-407.
- MENDONÇA, Manuela (1995). *D. João II*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MOÁS, Ana (2016). “Afonso de Albuquerque and the Consumption of Material Culture in the Indian Ocean (1506-1515)”, dissertação de mestrado. Lisboa: FCSH-UNL.
- OCHOA BRUN, Miguel Ángel (1999-2012). *Historia de la diplomacia española*. 10 vols. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores.
- PÉQUIGNOT, Stéphane (2009). *Au nom du roi : pratique diplomatique et*

- pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327). Madrid: Casa de Velázquez.
- PÉQUIGNOT, Stéphane (2011). “Les diplomaties occidentales, XIIIe -XVe siècles”, in *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux. Actes du XLLe Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 47-66.
- PINA, Rui de (1792). *Chronica d'ElRei Dom João II*. José Correa da Serra (ed.). Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- RESENDE, Garcia de (1902). *Chronica de El-Rei D. João II*. Gabriel Pereira (ed.). Lisboa: Escriptorio.
- SALDANHA, António de Vasconcelos (1997). *Iustum Imperium. Dos tratados como fundamento do império dos portugueses no Oriente. Estudo de história do direito internacional e do direito português*. Lisboa / Macau: Fundação Oriente/Instituto Português do Oriente.
- SANTARÉM, Manuel Francisco de Barros e Sousa e SILVA, Luiz Augusto Rebello da (1842-59). *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. 18 vols. Paris.
- SERVICE, Elman R. (1962). *Primitive Social Organization: An Evolutionary Perspective*. Nova Iorque: Random House.
- STOLLBERG-RILINGER, Barbara (2008). “La communication symbolique à l'époque pré-moderne. Concepts, thèses, perspectives de recherche”. *Trivium*, 2. Disponível em <https://doi.org/10.4000/trivium.1152>.
- STOLLBERG-RILINGER, Barbara (2011). “Much ado about nothing? Rituals of politics in early modern Europe”. *Bulletin of the German Historical Institute*, 48, 9-24,
- STOLLBERG-RILINGER, Barbara (2014). “Rituals of Decision Making? Early Modern European Assemblies of Estates as Acts of Symbolic Communication”, in Yoshihisa Hattori (ed.), *Political Order and the Forms of Communication in Medieval and Early Modern Europe*. Rome: Viella, 63-95.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1997). “Connected Histories: Notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia”. *Modern Asian Studies*, 31, 3, 735-62.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (2012). *Courtly Encounters. Translating Courtliness and Violence in Early Modern Eurasia*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- TREMML-WERNER, Birgit; HELLMAN, Lisa & VAN MEERSBERGEN, Guido (no prelo). *Handbook of Early Modern Global Diplomatic History*.
- WATKINS, John (2008). “Toward a New Diplomatic History of Medieval

and Early Modern Europe”. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 38, 1, 1-14.

XAVIER, Ângela Barreto (no prelo). “Ritual, Ceremonies, Festivals”, in António Camões Gouveia, Federico Palomo e Laura Fernández González (eds.), *Public Rituals in the Portuguese Empire, 1498-1822*. London: Routledge.